



## **A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: ESTUDO DE CASO EM SEIS INSTITUIÇÕES NA CIDADE DE SALVADOR-BA**

Élida Cristina Santos da Silva<sup>1</sup>  
Jacilene Fiúza de Lima<sup>2</sup>

**RESUMO:** *O artigo resulta de pesquisa que teve por objetivo estudar a educação profissional de pessoas com deficiência. Para tanto, buscou-se conhecer os cursos de qualificação profissional oferecidos às pessoas com deficiência na cidade de Salvador, bem como verificar o impacto da legislação em vigor, relativa à educação profissional, nos cursos oferecidos a essa clientela. Para dar subsídio teórico ao estudo, foram feitas leituras de vários autores, dentre eles, Batista (2003), Lancilloti (2003), Manfredi (2002), Miranda (2001; 2006) e Pastore (2000), bem como análise da legislação referente à educação profissional. Além das leituras, foram feitas entrevistas com os responsáveis de seis instituições que oferecem cursos de qualificação profissional para pessoas com deficiência no município de Salvador. Este estudo mostrou que apesar das conquistas legais adquiridas pelas pessoas com deficiência no campo social e da educação, e dos documentos legais estabelecerem exigências e critérios para o funcionamento desses cursos, priorizando a inclusão dessas pessoas em programas de qualificação profissional destinados a comunidade de uma maneira geral, a educação profissional para as pessoas com deficiência, na maioria das vezes, continua a ser oferecida de forma segregada e precária pelas instituições especializadas.*

**Palavras-chave:** Deficiência, Trabalho, Educação profissional

### **INTRODUÇÃO**

Neste trabalho estudou-se a educação profissional de pessoas com deficiência, buscando conhecer os cursos de qualificação profissional oferecidos às pessoas com deficiência na cidade de Salvador, bem como verificar o impacto da legislação em vigor, relativa à educação profissional, nos cursos oferecidos a essa clientela. No que se refere à concepção de Educação Profissional, verifica-se que, entre as diversas concepções existentes, há desde as que a consideram numa perspectiva compensatória e assistencialista, como uma forma de educação para os pobres e desvalidos, até aquelas centradas na racionalidade técnico-instrumental, as quais postulam uma formação voltada para o atendimento das mudanças e inovações do sistema produtivo e dos ditames do atual modelo econômico de desenvolvimento brasileiro, além de outras orientadas pela idéia de uma educação tecnológica, numa perspectiva de formação de trabalhadores como sujeitos coletivos e históricos.

Esta ultima postula a vinculação entre a formação técnica e uma sólida base científica, numa perspectiva social e histórico - crítica, integrando a preparação para o trabalho á formação de nível médio. Nessa mesma linha, há concepções que entendem a formação para o trabalho como uma das dimensões educativas do processo de formação humana. A educação Profissional,

---

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia e Mestranda em Educação – Faculdade de Educação/UFBA. E-mail: elidaelen@bol.com.br

<sup>2</sup> Graduada em Pedagogia e Mestranda em Educação – Faculdade de Educação/UFBA. E-mail: jalnelima@yahoo.com.br



como direito social, é assim dimensão a ser incorporada aos projetos de escolarização de nível fundamental e médio dirigidos aos jovens e adultos pertencentes aos grupos populares. A formação profissional como responsabilidade do Estado inicia-se no Brasil em 1909, - embora já existissem anteriormente algumas experiências privadas-, com a criação de 19 escolas de artes e ofícios nas diferentes unidades da federação, sendo estas, precursoras das escolas técnicas federais e estaduais. Essas escolas, antes de pretender atender às demandas de um desenvolvimento industrial que praticamente inexistia, obedeciam a uma finalidade moral de repressão, ou seja, educar, pelo trabalho, os órfãos, pobres e desvalidos da sorte, retirando-os da rua, diminuindo, assim, o risco de se tornarem marginais.

Desse modo, na primeira vez que aparece a formação profissional como política pública, ela é feita na perspectiva moralizadora da formação do caráter pelo trabalho. (KUENZER, 2005). Além disso, o sistema escravocrata, que sobreviveu por mais de três séculos no Brasil, deixou marcas profundas na construção das representações sobre o trabalho como atividade social e humana. O emprego da mão-de-obra escrava para a execução de atividades artesanais e de manufatura acabou criando a representação de que todo e qualquer trabalho que exigisse esforço físico e manual consistiria em trabalho desqualificado, o que conduziu sempre a uma baixa qualificação de trabalhadores (MANFREDI, 2002). No caso de pessoas com deficiência, a situação é ainda pior, considerando que, no Brasil, o atendimento educacional, de uma maneira geral, destinado a essas pessoas sempre foi precário, e que a educação profissional era e ainda é oferecida, em grande parte, por instituições especializadas no atendimento a esse grupo de pessoas (BATISTA, 2003; MIRANDA, 2006), ocorrendo de forma precária e, às vezes, distanciada das reais necessidades do mercado de trabalho, o que acabou por dificultar a sua qualificação profissional e posterior inserção no mundo do trabalho.

Assim, partindo do objeto de estudo antes enunciado, buscou-se analisar as condições de desenvolvimento dos cursos de qualificação profissional oferecido às pessoas com deficiência, em seis instituições no município de Salvador, tentando identificar os fatores que facilitam e/ou dificultam o processo de qualificação profissional das pessoas com deficiência. A análise foi feita no sentido de observar se os cursos de qualificação oferecidos se adequam ao modelo inclusivo e de que modo estão proporcionando a qualificação dessas pessoas. Para tal análise, tomou-se como base o Decreto nº 3.298/99 que prevê a inserção das pessoas com deficiência no mundo do trabalho, propondo a necessidade de qualificação dessa mão de obra para assumir os postos de trabalho; o documento “Qualificação Profissional de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais em 2006” (BRASIL, 2006); alguns autores que discutem essa temática, dentre eles destacamos Batista (2003), Lancilloti (2003), Miranda (2001; 2006) e, Pastore (2000) e, o Plano Nacional de Qualificação - PNQ.

O PNQ faz parte do Plano Plurianual do Governo Luis Inácio Lula da Silva, e se fundamenta em seis dimensões principais: política, ética, conceitual, institucional, pedagógica e operacional. Na dimensão política, torna central a compreensão de qualificação profissional como direito, como política pública e como espaço de negociação coletiva. Na dimensão ética, destaca-se a intenção de garantir a transparência no uso e gestão dos recursos públicos. No campo conceitual, adquire prevalência de noções como: educação integral; formas solidárias de participação social e gestão; empoderamento dos atores sociais; qualidade pedagógica e reconhecimento dos saberes produzidos pelos trabalhadores. Na dimensão pedagógica, busca garantir o aumento da carga horária dos cursos, a articulação com a educação básica, garantia de investimentos na formação de gestores e formadores, desenvolvimento de sistemas de



certificação e orientação profissional. Em relação à dimensão institucional, passa a ser estratégica a integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda entre si e dessas com a Política Pública de Educação e Desenvolvimento (Educação Profissional). No que se refere à dimensão operacional, destaca-se a necessidade de garantir o planejamento, monitoramento, avaliação e acompanhamento dos egressos do PNQ e a adoção de critérios objetivos de distribuição dos recursos do FAT entre os planos territoriais e os projetos especiais. Vale ressaltar também que o PNQ prioriza o acesso aos seus programas às pessoas mais vulneráveis econômica e socialmente, dentre elas, a pessoa com deficiência (BRASIL, 2003).

Os esforços empreendidos nesta pesquisa visaram construir um conhecimento sobre as relações educação profissional-trabalho-deficiência no município de Salvador. Também, que tal conhecimento possa ser útil para a discussão e reflexão sobre a educação profissional para pessoas com deficiência em nosso país, e que esse conhecimento possa contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas para essa modalidade de educação, que visem melhorar a qualidade do ensino, bem como de políticas que busquem proporcionar aos alunos todo o amparo necessário para que eles possam dedicar-se aos cursos e concluí-los de posse de uma boa formação.

## **RESULTADOS**

O presente estudo foi desenvolvido com base em pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso. Inicialmente foi feita uma revisão bibliográfica em relação às categorias teóricas educação profissional e deficiência, bem como análise da legislação em vigor. Posteriormente, foi feito contato com a Delegacia Regional do Trabalho (Salvador/Bahia), visando identificar a relação das instituições que oferecem educação profissional para as pessoas com deficiência em Salvador, que forneceu os nomes e telefones de nove instituições. A partir dessas informações, foram realizados os contatos com as instituições com o objetivo de agendar datas para futuras entrevistas, sendo que com duas instituições não foi possível estabelecer contato e uma não aceitou participar da pesquisa.

As entrevistas foram agendadas previamente e realizadas no próprio local de trabalho dos informantes das seis instituições que se disponibilizaram a participar da pesquisa. Foram solicitadas permissões para gravação das entrevistas, sendo concedidas por quatro informantes. Os resultados da pesquisa serão apresentados a partir das categorias definidas, a saber, o perfil dos profissionais entrevistados, a caracterização das instituições que fizeram parte da amostra e, análise dos cursos realizados pelas instituições, que é o foco do trabalho.

### **Caracterização dos profissionais entrevistados**

Dos profissionais entrevistados verificou-se que, em relação ao gênero, 100% são do sexo feminino, e que suas idades variam de 30 a mais de 50 anos, sendo que apenas uma pessoa entrevistada não forneceu informação referente à idade. Quanto ao tempo de atuação profissional, verificou-se que o profissional mais experiente tem trinta anos de serviço enquanto o menos experiente tem apenas dois anos de serviço. A maioria dos profissionais (83,33%) apresenta formação de nível superior, sendo que apenas um (16,66%) apresenta formação técnica.



## Caracterização das instituições

Em relação à natureza administrativa, constatou-se que quatro destas instituições são organizações não governamentais e duas são instituições pertencentes ao Sistema S<sup>3</sup>. Quanto ao tempo de atuação das instituições verificou-se que varia de 15 a mais de 60 anos, sendo 16,33% possui de 10 a 20 anos de existência, 33,33% possui de 21 a 30 anos, 16,33% possui de 31 a 40 anos e 33,33% possui mais de 50 anos de funcionamento. Outra informação importante é que a maioria das instituições que participaram da pesquisa (66,66%) são instituições especializadas, ou seja, quatro delas são instituições especializadas no atendimento das pessoas com deficiência, dado que confirma que pelo menos no município de Salvador, a educação profissional para as pessoas com deficiência, em grande parte, continua sendo oferecida pelas instituições da sociedade civil especializadas no atendimento dessas pessoas.

Notou-se também uma grande variação do número de pessoas atendidas por ano nas instituições pesquisadas, variando entre 217 a 75.000 mil pessoas atendidas, a depender do porte da instituição. Em relação a este dado, é importante ressaltar que as instituições que informaram atender um número maior de pessoas, são as duas instituições que não são especializadas no atendimento de pessoas com deficiência, mas sim grandes instituições pertencentes ao Sistema S e que possuem filiais em vários estados. Em relação aos serviços prestados pelas instituições foi possível verificar que a maioria (83,33%) oferece cursos de qualificação profissional de nível básico na própria instituição, enquanto apenas uma (16,33%) tem como função encaminhar as pessoas para a realização de cursos profissionalizantes em outras instituições.

## Análise dos cursos

Dentre as instituições visitadas constatou-se que a maioria (66,66%) ainda realiza cursos com turmas fechadas para pessoas com deficiência e que somente uma instituição realiza cursos com turmas abertas para pessoas com e sem deficiência, sendo que uma das instituições não forneceu informações a esse respeito. Esses dados confirmam que a maior parte das instituições pesquisadas ainda não adota uma prática inclusiva, apesar de o paradigma inclusivo postular que a educação das pessoas com deficiência deve acontecer junto com a das demais pessoas, e condizem com a crítica realizada por Lancillotti (2003, p.83) de que “os programas institucionais de preparação para o trabalho destinados a pessoas com deficiência se dão em condições de isolamento, muito distanciados do mundo externo”, fato que prejudica a formação profissional das pessoas com deficiência. Uma das entrevistadas faz uma crítica a essa postura, quando diz que:

O educador, a pessoa que deseja fazer uma educação inclusiva, ele não pode separar pessoas com deficiência das pessoas ditas normais. Todas devem ter a oportunidade de se desenvolver. Todas têm competência para se desenvolver o que falta é a oportunidade (Entrevistada 6)

Apenas três instituições informaram a quantidade de pessoas com deficiência que participam de cada curso, enquanto duas não disponibilizaram essas informações e uma

---

<sup>3</sup> O Sistema S configura-se como uma rede de Educação Profissional paraestatal, organizada e gerenciada pelos órgãos sindicais (confederações e federações) de representação empresarial. (MANFREDI, 2002, pag. 179).



disponibilizou uma informação geral de que, do ano de 2005 a 2007, 274 pessoas com deficiência foram incluídas nos cursos realizados na sede visitada, mas, não especificou de quais cursos estas pessoas participaram. As instituições também não souberam informar os dados exatos referentes à idade e sexo das pessoas com deficiência que realizaram os cursos. Dos cursos realizados pelas instituições pode-se destacar os oferecidos por três delas: padaria, jardinagem, confeitaria, horticultura, copa e cozinha, cursos de nível básico, com baixa empregabilidade e que se constituem, portanto, em ações desarticuladas das necessidades sociais (LANCILLOTTI, 2003).

Cabe ressaltar que algumas instituições oferecem cursos de telemarketing, informática, manutenção de microcomputadores, logística com informática, cursos que estão mais articulados com as necessidades sociais atuais. Em relação à carga horária, é possível perceber que as instituições, em sua maioria, atendem à exigência do Plano Nacional de Qualificação (PNQ), no que tange à carga horária estipulada para os cursos de qualificação profissional (BRASIL, 2003), pois na maioria das instituições, os cursos possuem carga horária superior a quarenta horas.

Em relação à qualidade pedagógica dos cursos, o PNQ postula que a educação para o trabalho deve ser integral, visando superar as práticas de qualificação profissional estritamente como treinamento operacional, imediatista, segmentado e pragmático. E como forma de superar a segmentação que ocorria em vários programas de educação profissional, estipula que os cursos devem oferecer obrigatoriamente, com duração não superior a 20% da carga horária total, conhecimentos sobre saúde e segurança no trabalho, direitos e deveres trabalhistas, educação ambiental, informação e orientação para o trabalho, considerando a realidade dos trabalhadores (BRASIL, 2003). É possível verificar através das falas de algumas entrevistadas, que as exigências prescritas no PNQ já vêm sendo colocadas em prática em duas instituições:

Todos os cursos são divididos em dois momentos: habilidades gerais (núcleo comum), onde são tratados de tema como relações interpessoais, direitos e deveres do trabalhador, saúde e segurança no trabalho, orientação e gestão profissional. Para esse momento são dedicadas 20% da carga horária total do curso. E habilidades específicas onde são tratados os assuntos específicos de cada curso. As metodologias utilizadas são aulas expositivas, vivências e pesquisas, para esse momento são dedicadas 80% da carga horária total dos cursos (Entrevistada 5).

Geralmente trabalhamos com os cursos de capacitação básica, trabalhamos com uma fase comportamental que envolve educação ambiental, qualidade, trabalho em equipe, relações interpessoais e depois, a fase específica de cada curso (Entrevistada 6).

No que se refere à necessidade de adaptação dos cursos para atender as pessoas com deficiência, duas entrevistadas informaram que não houve necessidade de fazer adaptação, enquanto três informaram que houve necessidade de adaptação. Conforme a fala de algumas entrevistadas pode-se ter uma noção das adaptações que foram feitas:

Com certeza. Porque inclusive uma própria atuação do deficiente na sala de aula, então um plano de curso, um plano de disciplina de uma turma que de cara você não sabe que vai ter uma pessoa com deficiência é um, e aquele que você já sabe antecipadamente que você vai ter um aluno especial numa turma você precisa assim adequar seu plano de curso, metodologia de ensino, tudo isso. Ele





precisa estar voltado pra atender aquela necessidade que já... que você já sabe que vai ser apresentada, quando você não sabe, isso vai se apresentar no decorrer do curso, o docente precisa também está aberto pra isso (Entrevistada 3).

Leva-se em consideração a baixa escolaridade dos participantes, os instrutores fazem as adequações, considerando a especificidade da turma (Entrevistada 5).

A questão das adaptações é extremamente importante, pois não cabe mais apenas inserir as pessoas com deficiência nos cursos de preparação para o trabalho e deixar que elas se adequem a tais cursos, hoje o que se postula é, ao contrário, que os cursos se modifiquem para acolher a todas as pessoas. Essa opinião é compartilhada por Sasaki (2003, p.118) que diz:

Hoje defendemos uma capacitação profissional irrestrita, voltada à diversidade humana. Isto significa dizer que os cursos existentes e os cursos futuros deverão adaptar-se ao perfil do novo alunado, este alunado que reflete a diversidade humana.

No entanto, é preciso deixar claro que nem toda deficiência requer adaptação na metodologia ou no plano de curso, o importante é que quando necessário, a adaptação seja feita. O documento intitulado “Qualificação Profissional de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais em 2006”, também demonstra uma preocupação com esta questão quando ressalta que:

As escolas de educação profissional, públicas e privadas, devem atender alunos com necessidades educacionais especiais, mediante a promoção das condições de acessibilidade, formação de professores, flexibilização do currículo e encaminhamento para o trabalho, contando para tal, com a colaboração do setor responsável pelo sistema de ensino (BRASIL, 2006).

Em relação à necessidade de contar com apoio especializado, quatro entrevistadas informaram que contam com apoio especializado para transcrição dos materiais para o Braille, visando atender as pessoas com deficiência visual, com intérpretes para atender as pessoas com deficiência auditiva e algumas instituições informaram que contam com apoio das instituições especializadas no atendimento das pessoas com deficiência. Outro ponto importante diz respeito a duas entrevistadas que, quando questionadas se os professores que ministram os cursos possuem habilidades ou foram capacitados para lidar com pessoas com deficiência, responderam que não. Sobre essa questão elas disseram: “Não. Eles vieram... Na prática eles aprenderam, então assim, que a gente conserva esses mesmos professores” (Entrevistado 1) e “Não houve necessidade, para trabalhar com as pessoas com deficiência é necessário que o professor tenha boa vontade” (Entrevistado 6).

Esse tipo de visão acaba por prejudicar a formação das pessoas com deficiência, pois para oferecer cursos de qualidade, os professores precisam estar capacitados para atender a este público, só boa vontade não basta. O próprio documento Brasil (2006) referido acima, já aponta para a necessidade de formação dos professores. Ainda em relação à formação dos professores que ministram os cursos, pode-se perceber que a mesma varia do nível técnico a superior, a depender do curso ministrado. Outro aspecto que chama atenção diz respeito ao financiamento dos cursos realizados, quando apenas três entrevistadas informaram contar com o financiamento do governo, através dos recursos do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador - um fundo



especial, de natureza contábil-financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. A esse respeito, uma das entrevistadas traz uma importante colocação.

É, no caso, existe um, acho que é o FAT né, que eles oferecem esses cursos anualmente né, apesar de que no ano passado a gente nem teve, terminou no ano passado... Não, porque tudo que você depende do governo, você sabe como é que fica né, a mercê não tem jeito (Entrevistado 1).

Pode-se perceber que neste caso específico, continua existindo certa descontinuidade dos programas de educação profissional financiados pelo governo. Notou-se também que mesmo que algumas instituições não tenham programas de colocação no mercado de trabalho, todas que fizeram parte da pesquisa realizam encaminhamentos para empresas das pessoas egressas dos cursos, o que condiz com uma das orientações encontradas no PNQ, de que os planos especiais de qualificação devem incluir ações de encaminhamento ao mercado de trabalho, quando pertinentes. (BRASIL, 2003).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos dados obtidos através das entrevistas realizadas no campo de pesquisa e da legislação referente à educação profissional, além das leituras de autores como Batista (2003), Lancilloti (2003), Manfredi (2002), Miranda (2001; 2006) e Pastore (2000), foi possível verificar que apesar dos avanços conquistados pelas pessoas com deficiência no campo legal e das tentativas sócio-educacionais para sua inserção no mercado de trabalho, os cursos de qualificação profissional destinados a essas pessoas têm deixado a desejar, e a maioria das instituições não se adéquam ao paradigma inclusivo.

Os cursos em sua maioria são de nível básico e não apresentam uma continuidade, o que contribui para que as pessoas com deficiência continuem sendo inseridas em empregos que exigem pouca qualificação. De acordo com as entrevistas verificou-se ainda, que em algumas instituições não há uma preocupação com a garantia de acessibilidade das pessoas com deficiência em seus programas de educação profissional, visto que algumas entrevistadas informaram que não foi necessário fazer adaptações e nem propiciar capacitação para que os professores atendam as pessoas com deficiência.

Verificou-se também a necessidade de uma maior adequação dos cursos, com vistas a atender as necessidades sociais, pois, com as exigências do mundo do trabalho por trabalhadores qualificados e que atuem com autonomia e flexibilidade, não cabe mais a postura de algumas instituições de ofertar apenas cursos de nível básico, conforme foi constatado na maioria das instituições. Para isso: “[...] torna-se necessário inovar os programas de educação profissional, utilizando as novas metodologias pedagógicas para a construção do conhecimento de cada aprendiz, garantindo a formação profissional e a conquista de cidadania” (BATISTA, 2003, p.74). Entretanto, vale ressaltar que mesmo não possuindo o perfil desejado, tais instituições ainda são as principais vias de acesso para a formação profissional das pessoas com deficiência.

Espera-se que este trabalho possa ser útil para a construção de um conhecimento mais aprofundado sobre a situação atual dos cursos de qualificação profissional oferecidos às pessoas com deficiência em Salvador, com o desejo de que as instituições analisadas possam se adequar



à proposta inclusiva, no sentido de proporcionar uma formação profissional adequada às pessoas com deficiência.

## REFERÊNCIAS

BATISTA, Cristina A. M. Educação Profissional e Inclusão no Trabalho: entraves e possibilidades. In: OLIVEIRA, Maria Helena Alcântara de. **Trabalho e Deficiência Mental: perspectivas atuais**. Brasília: Dupligráfica, 2003.

BRASIL. **Plano Nacional de Qualificação**. Brasília: TEM/SPPE, 2003. Disponível em: <[http://www.setep.pr.gov.br/setep/cqp/Pnq/2003\\_07.pdf](http://www.setep.pr.gov.br/setep/cqp/Pnq/2003_07.pdf)>. Acesso em: 02 dez 2006.

CORRÊA, E. P; COSTA, D. da; GARCIA, N. M.D; FILHO, D. L. L; WIESE, M. C da S. **Reflexões sobre as Políticas de Formação Profissional na Gestão FHC: o Planfor**. Disponível em: <<http://www.ppgte.cefetpr.br/docentes/permanetes/nilson/2004>>. Acesso em: 02 dez 2006.

GARCIA, Sandra Regina de Oliveira. **O Fio da História: A Gênese da Formação Profissional no Brasil**. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/23/textos/>>. Acesso em: 14 out. 2006.  
KUENZER, Acácia Zeneida (org.). **Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 4. ed. – São Paulo: Cortez, 2005  
LANCILOTTI, Samira Saad Pulchério. **Deficiência e Trabalho: Polêmicas do Nosso Tempo**. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

MANFREDI, Silvia Maria. História da Educação Profissional no Brasil. In: **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MEHEDFF, Nassim Gabriel. **A Política Pública de Qualificação Profissional**. São Paulo: CIEE, 2000.

NOMA, Amélia Kimiko; RODRIGUES, Michel Marcelino. **Educação e Trabalho no Contexto da Globalização: uma análise crítica do Planfor**. Disponível em: <[http://www.ppe.uem.br/publicacao/sem\\_ppe\\_2003](http://www.ppe.uem.br/publicacao/sem_ppe_2003)>. Acesso em 02 dez 2006.

SANTANA, Rosenira Silva. **A pessoa com deficiência e a qualificação profissional**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal da Bahia, 2006.